

consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

(iv) Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Principais políticas contábeis materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outros finalidades. A Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber de clientes, correspondem aos valores a receber pelas vendas de mercadorias e prestação de servi

ços no decorso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal líquido representativo desses créditos, acrescidos das variações decorrentes de ajustes, provisões e provisões para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A provisão para perda esperada de créditos do cliente a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para perda esperada de créditos pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação a possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. As contas a receber de clientes não faturadas representam os valores pelos quais a Companhia e sua controlada reconheceram receita, de acordo com sua política de reconhecimento de receita, para serviços profissionais já realizados, mas ainda não faturados, e para os quais a Companhia e sua controlada acreditam ter um direito incondicional de receber caixa.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques de hardware e software são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda das mercadorias ou dos serviços estimados dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda das mercadorias e prestação dos serviços.

d) Imobilizado

Os terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Benfeitorias em bens de terceiros	11 anos
Instalações e móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	11 anos
Equipamentos de informática	4 anos
Veículos	5 anos

O bem do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Ativos intangíveis gerados internamente possuem os seus custos de desenvolvimento capitalizados até o momento da sua conclusão. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas ao valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Softwares desenvolvidos internamente	5 anos
Softwares e licenças adquiridas	3 anos
Marcas e patentes	25 anos

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesas e custos consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e sua controlada não possuíam registrado ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes:

(i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os custos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

f) Arrendamentos

Ativos de direito de uso

A Companhia e sua controlada reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e sua controlada reconhecem os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos. Os pagamentos fixos são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e sua controlada usam a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento não podem ser imediatamente determinadas. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia e sua controlada aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i) Outros ativos e passivos

O ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de sua controlada e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituinte no resultado de um evento passado, sendo provável que o recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ao pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

k) Imposto de renda e contribuição social diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre saldos de prejuízo fiscal e base negativa assim como para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o imposto será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Em conformidade com o RDC 22/IFRIC 23, a Companhia e sua controlada avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

l) Receita de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, independente de sua forma de recebimento.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Hardware	Os clientes obtêm o controle do produto de Hardware quando as mercadorias são entregues e aceitas em suas instalações. As faturas são emitidas no momento da circulação das mercadorias. Elas devem ser pagas de acordo com o contrato com o cliente.	A receita é reconhecida no momento específico do tempo, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.
Softwares	Os clientes obtêm o controle do produto de Software quando as licenças são transferidas para seu direito de uso. As faturas são emitidas após a confirmação do direito de uso.	A receita é reconhecida no momento específico do tempo quando é disponibilizado o código de acesso atrelado diretamente ao cliente.
Serviços gerenciados (Managed security services)	A Companhia elabora, mensalmente, relatórios elaborados pela área técnica com os registros de vulnerabilidade ocorridos dentro do ecossistema do cliente, através da plataforma ISH VISION. Para implementar a plataforma é necessário a aquisição de Hardwares e Softwares (SaaS) visando integrar o ecossistema do cliente dentro da plataforma de proteção contra-ataques cibernéticos com a ferramenta operacional da Companhia. O relatório de acompanhamento é entregue ao cliente visando demonstrar o serviço adquirido. As faturas são emitidas conforme acordado em contrato.	Para os componentes de Software (SaaS) a receita é reconhecida no momento específico do tempo, quando é disponibilizado o código de acesso atrelado ao cliente. Para o serviço atrelado, a receita é reconhecida ao longo do tempo, quando há prestação de serviços. Os progressos dos serviços são mensurados através dos pagamentos da obrigação de desempenho junto ao cliente.

ISH ISH TECNOLOGIA S/A		CNPJ: 01.707.536/0001-04 www.ri.ish.com.br	Demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2024		3/5		
Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia e sua controlada designam apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.							
3. Caixa e equivalentes de caixa							
		Controladora 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Caixa	24	11	58	54			
Bancos	3.182	1.430	3.182	1.430			
Aplicações financeiras(i)	71.893	64.730	71.893	64.730			
	75.099	66.171	75.133	66.214			
(i) São investimentos de baixo risco e alta liquidez, podendo ser resgatado a qualquer momento. Neste caso, a companhia detém operações de compromissadas, que rendem entre 70% e 90% do CDI, geralmente lastreadas em títulos públicos, e os CDBs, com rendimentos entre 90% e 102% do CDI, desde que possuam liquidez diária.							
A Companhia e sua controlada consideram como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.							
A exposição da Companhia e de sua controlada a risco de taxas de juros e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 29.							
4. Títulos e valores mobiliários							
A Companhia e sua controlada consideram como títulos e valores mobiliários, os depósitos bancários e outros investimentos em títulos de liquidez que não atendem a todos os critérios para serem classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 3 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.							
A composição do saldo de aplicações financeiras é como segue:							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Rendimentos							
Aplicação renda fixa (i)	59,92% a 69,67% CDI		1	231			
Total circulante			1	231			
Rendimentos							
Aplicação renda fixa (i)	90% a 102% CDI		-	12.478			
Fundo renda fixa (ii)	104,13% CDI		-	16.050			
Títulos de capitalização (ii)	0.5% a.m		446	623			
Total não circulante			446	29.151			
Total			447	29.382			
(i) As aplicações de Renda Fixa são compostas por:							
• Certificado de Depósito Bancário (CDB) pré ou pós fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDB's que compõem a carteira da Companhia apresentaram remunerações que variam entre 90% a 102,00% CDI a.a.							
(ii) Fundo de renda fixa com rentabilidade média de 104,13% CDI a.a.							
(iii) Os Títulos de Capitalização possuem remuneração equivalente a Correção Monetária + Juros ao final de cada período. Os juros produzidos são adicionados ao capital, passando a fazer parte do mesmo para efeito de cálculo dos próximos juros.							
A exposição da Companhia e de sua controlada a risco de taxas de juros e análise de sensibilidade para esses ativos está apresentada na Nota 29.							
5. Contas a receber							
O saldo de contas a receber de clientes incluem operações comerciais, líquido da respectiva provisão para perda esperada de crédito. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada abaixo:							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Mercado interno		37.619	59.996				
Mercado externo		818	211				
Clientes a faturar		311.948	237.905				
		350.385	298.112				
Ajuste a valor presente		(21.276)	(19.782)				
(-) Perda de crédito esperada		(5.040)	(4.905)				
		324.069	273.425				
Circulante		199.947	170.547				
Não Circulante		124.122	102.878				
		324.069	273.425				
Composição dos valores a receber dos clientes por idade de vencimento é como segue:							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
A vencer		30.602	51.091				
A faturar (i)		311.948	237.905				
Vencidos:							
Vencidos até 30 dias		2.075	3.393				
Vencidos de 31 a 60 dias		582	466				
Vencidos de 61 a 90 dias		198	297				
Vencidos há mais de 91 dias		4.980	4.960				
		350.385	298.112				
(i) O aumento expressivo no saldo de contas a receber a faturar está relacionado a novos contratos para os quais a Companhia concluiu a obrigação de performance, sendo o faturamento efetuado ao longo do período do contrato.							
Movimentação da provisão para perda esperada de crédito							
A seguir a movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro:							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Saldo Inicial		(4.905)	(2.701)				
(+) Adições		(135)	(2.747)				
(-) Exclusões		-	543				
Saldo final		(5.040)	(4.905)				
6. Estoques							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Hardware e acessórios		221	225				
Licença de direito de uso(i)		498	-				
		719	225				
(i) Os estoques de licença de direito de uso referem-se às licenças e garantias já adquiridas junto aos respectivos fabricantes, porém ainda não transferidas aos clientes.							
7. Impostos a recuperar							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
ICMS a recuperar		1.036	1.578				
PIS e COFINS a recuperar		2.082	6.019				
IR e CS a recuperar		6.995	3.792				
INSS a recuperar		5.451	49				
		15.564	11.438				
8. Ativo e passivo de contratos							
A condição dos contratos como ativos e passivos, somada ao reconhecimento das receitas apenas à medida em que se transferem os bens e serviços pactuados, é fundamental para a contabilização efetiva dos direitos e obrigações derivados dos documentos contratuais.							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Ativos de contratos - circulante							
Contrato com clientes (i)		6.612	12.695				
Passivos de contratos		65.323	30.609				
Custo a incorrer (ii)		32.348	10.058				
Circulante		32.975	20.551				
		65.323	30.609				
(i) Contrato com clientes são horas empregadas nas implantações das soluções que são reconhecidas ao resultado em momento específico do tempo;							
(ii) São valores já realizados no resultado no momento específico de tempo, sendo o desembolso de caixa a ser realizado no momento futuro.							
9. Partes relacionadas							
9.1 Créditos e obrigações com partes relacionadas							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Passivo circulante		36.489	4.705				
ISH TECH S.A (i)		-	-				
Passivo de arrendamento junto à Enseada Empreendimento		1.407	1.237				
(vide Nota 13)		37.896	5.942				
Passivo não circulante		27.739	-				
ISH TECH S.A (i)		-	-				
Passivo de arrendamento junto à Enseada Empreendimento		1.459	2.866				
(vide Nota 13)		29.198	2.866				
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Custos/despesas		-	(182)				
Gastos gerais (ii)		-	(182)				
Outras receitas (despesas), líquidas		-	19.035				
Serviços compartilhados (i)		-	19.035				
		-	19.035				
Resultado		(7.453)	-				
Juros sobre mútuo – despesa(i)		(680)	(715)				
Juros de arrendamento junto à Enseada Empreendimento		-	113				
Juros sobre mútuo – receita		(8.133)	(602)				
(i) Os saldos de 2023 são referentes a ressarcimentos de despesas entre a holding e as controladas e o montante de 2024 refere-se a um contrato de mútuo firmado entre a ISH Tech S.A. e a ISH Tecnologia S.A., com juros anuais de 3,41% a.a. + CDI e vencimento em junho de 2029.							
(ii) O saldo se refere aos serviços gerais contratados junto a outros fornecedores considerados partes relacionadas.							
A Companhia possui contrato de arrendamento relativo ao seu edifício sede junto à Enseada Empreendimento, empresa que possui acionistas em comum com a Companhia. O contrato iniciado em 31 de julho de 2015, possui vigência até 31 de outubro de 2026, prevê reajuste anual pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM e pagamento mensal de aluguel conforme condições estabelecidas entre as partes.							
9.2. Remuneração dos administradores							
As despesas com remuneração dos administradores da Companhia são resumidas como segue:							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Salários, honorários e encargos sociais		12.428	11.066				
Benefícios diretos e indiretos		1.580	1.305				
Bônus variáveis		1.693	7.612				
		15.701	19.983				
10. Outros ativos							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Adiantamentos (a)		2.333	2.629				
Despesas antecipadas (b)		7.144	7.531				
Custo com transação		2.960	2.040				
Outros		2.393	2.607				
		14.830	14.807				
Circulante		12.106	11.523				
Não Circulante		2.724	3.284				
		14.830	14.807				
(a) Os adiantamentos são compostos por adiantamentos a empregados e adiantamentos a fornecedores.							
(b) Referem-se a valores pagos antecipadamente a prestadores de serviços terceirizados de garantia, suporte e contratos de licença de software em conexão com as obrigações da Companhia de fornecer serviços de supervisão, monitoramento e gerenciamento de cibersegurança. Incluem também gastos diretamente relacionados à instalação e ativação de hardware e software de propriedade da Companhia para futura prestação de serviços. Os montantes com previsão de amortização no prazo de um ano encontram-se registrados em outros ativos no circulante e o saldo remanescente registrado em outros ativos no não circulante.							
11. Investimentos							
		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023			
Investimentos em		%	Ativo	Passivo	Patrimônio (Prejuízo)		
Controladas		Participação	100%	34	líquido		
ISH Cybersecurity Inc					(17)		
		31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2023			
Investimentos em		%	Ativo	Passivo	Patrimônio (Prejuízo)		
Controladas		Participação	100%	43	líquido		
ISH Cybersecurity Inc					(15)		
A movimentação dos investimentos é como segue:							
		ISH Cybersecurity Inc 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Saldo em 1º de janeiro de 2023				62			
(-) Equivalência patrimonial				(15)			
(-) CTA				(4)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023				43			
(-) Equivalência patrimonial				(17)			
(-) CTA				8			
Saldo em 31 de dezembro de 2024				34			
12. Imobilizado							
A movimentação do ativo imobilizado individual e consolidado é como segue:							
		Controladora e Consolidado 2024 2023		Consolidado 2024 2023			
Saldo em 1º de janeiro de 2023		407	534	24	19.859		
Custo							
Adições		-	214	-	6.277		
Baixas		-	(9)	-	(540)		
Transferências		-	-	-	-		
		-	205	-	6.099		
		-	-	-	-		
		-	6.099	(301)	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		
		-	-	-	-		

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	80.715
Novos Contratos	155.255
Amortização	(51.559)
Juros pagos	(12.651)
Juros apropriados	14.420
Custo incorridos	(2.187)
Valor justo	3.648
Variação cambial	(375)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	187.266
Novos Contratos	20.367
Amortização	(177.622)
Juros pagos	(14.773)
Juros apropriados	13.167
Custo incorridos	2.417
Valor justo	(3.396)
Variação cambial	4.957
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.283

Os vencimentos das parcelas são os seguintes:

	Controladora e Consolidado
2025	25.046
2026	7.530
2027	(2)
Custos incorridos	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.283

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cessão de direitos creditórios, penhor de bens móveis, aval dos sócios e garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

17. Obrigações tributárias

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
ICMS a recolher	727 355
IRRF a recolher	2.711 896
PIS a recolher	1.258 396
COFINS a recolher	4.173 3.350
ISS a recolher	9.536 7.183
	18.405 14.920
Circulante	15.019 11.514
Não circulante	3.386 3.406
	18.405 14.920

18. Obrigações trabalhistas

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Salários e encargos sociais a pagar	13.829 5.785
Provisão de férias e encargos sociais	13.936 13.107
	27.765 18.892

19. Parcelamentos de tributos

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
REFIS Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (a)	434 493
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (b)	303 396
Parcelamento de PIS e COFINS (c)	4.824 3.350
Parcelamento municipal - ISS (d)	251 516
Parcelamento IRPJ e CSLL (e)	5.592 5.709
Parcelamento previdenciário (g)	1.913 -
Parcelamento Estadual - ICMS (f)	- 118
	13.317 10.582
Circulante	4.050 2.720
Não circulante	9.267 7.862
	13.317 10.582

(a) Este parcelamento se refere a consolidação de modalidade de parcelamento da Lei 12.996/2014-REFIS da Contribuição Previdenciária incidente sobre a Receita Bruta – CPRB, cujos débitos se originaram nos períodos de 1º de dezembro de 2012 a 30 de setembro de 2013. O parcelamento foi realizado em 180 parcelas, de dezembro de 2014 até novembro de 2029.

(b) Referem-se a parcelamentos da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, os quais estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os parcelamentos são amortizados mensalmente conforme segue:

• Programa Especial De Regularização Tributária (PERT) – INSS – O parcelamento foi realizado em 06 parcelas, de março de 2017 a setembro de 2027.

(c) Referem-se aos parcelamentos dos tributos PIS e COFINS através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), concedido através da Medida Provisória 783 de maio de 2017, convertida em Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. Em 11 de dezembro de 2018, a dívida foi consolidada pela Secretaria da Receita Federal. O parcelamento foi realizado em 12 parcelas, de julho de 2017 a setembro de 2027. Neste saldo estão incluídos também parcelamentos de PIS/COFINS simplificado, em sessenta parcelas, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC, de dezembro de 2024 a novembro de 2028.

(d) Refere-se ao parcelamento do ISS (Imposto Sobre Serviços), referente ao ano de 2011 que estava em discussão através do processo 65841-14.1100.8.26.0090 no qual a Companhia optou em efetuar o parcelamento e liquidar o processo com a Prefeitura de São Paulo. O parcelamento foi realizado em 60 parcelas, de dezembro de 2020 a novembro de 2025.

(e) Refere-se ao parcelamento do IR e CS, referente aos anos de 2019 a 2021 que foram repagados após a mudança da prática contábil. O parcelamento foi realizado em 60 parcelas, de dezembro de 2022 a novembro de 2027.

(f) Refere-se a parcelamento de ICMS, referente aos anos de 2019 a 2024 que foram apurados perante a fiscalização do Estado do Espírito Santo relativos ao não reconhecimento de ICMS sobre transportes contratados de outra UF. O parcelamento foi realizado em 60 parcelas, de dezembro de 2023 a novembro de 2028.

(g) Refere-se a parcelamento sobre encargos previdenciários cujo pedido de compensação, solicitado em 2017, foi indeferido pela RFB em dezembro de 2023. O parcelamento foi realizado em 60 parcelas, de dezembro de 2023 a novembro de 2028.

20. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas

A Companhia está se defendendo de demandas judiciais de naturezas tributárias e trabalhistas. Assim, foram efetuados levantamentos, avaliações e quantificações das ações com seus assessores jurídicos. A Companhia é polo passivo em alguns processos de natureza tributária e trabalhista, classificados por seus advogados como chance de perda possível, totalizando o montante de R\$ 67 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 67 em 31 de dezembro de 2023), para as quais nenhuma provisão foi constituída.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda, portanto nenhuma provisão foi constituída.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 02 de dezembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 40.000. Com isto o capital social passou de R\$ 79.000 para R\$ 119.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por 74.573 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva lucros

b.1) Reserva de capital

Referem-se à reserva de ágio na subscrição de capital social.

b.2) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

b.3) Reserva de investimentos

A Companhia, em conformidade com seu estatuto social, mantém reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de sua controlada, inclusive por subscrição de aumentos de capital, criação de novos empreendimentos e/ou outros instrumentos de capitalização, limitado ao valor do capital social.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a: (i) parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protelados; (ii) ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.

d) Distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia possuem direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado com base no lucro líquido ajustado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ação, conforme assim demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.710	23.262
Reserva legal (5%)	(786)	(1.163)
Lucro líquido do ajustado	14.924	22.099
Dividendos obrigatórios (25%)	3.730	5.525
Dividendos pagos	(3.625)	-
Dividendos a pagar	105	5.525

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Hardware	14.550 17.249
Licença de direito de uso	348.343 106.509
Serviços gerenciados (Managed security services)	100.063 290.139
Cyberpass	2.031 2.235
Mantis	2.199 4.476
Terceirização (Outsourcing)	27.472 15.205
Serviços profissionais (Professional services)	8.003 18.335
Serviços em nuvem (Cloud services)	30.259 29.361
Outras	1.000 1.326
Receita bruta	533.920 484.835
ICMS sobre vendas	(1.238) (2.619)
PIS sobre vendas	(5.030) (4.127)
COFINS sobre vendas	(23.192) (19.064)
ISS sobre vendas	(13.374) (11.973)
Total de impostos	(42.834) (37.783)
Ajuste a valor presente	(8.393) (14.627)
Devolução e abatimentos sobre mercadorias	(768) (1.693)
Total receita líquida	482.015 430.732

23. Custos de mercadorias e serviços vendidos

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Custo de hardware e softwares vendidos	(127.860) (98.546)
Custo de prestação de serviços	(212.621) (180.773)
Depreciação e amortização	(107.576) (83.092)
Equipamentos e softwares	(43.394) (35.548)
Depreciação e amortização	(12.637) (11.415)
Serviços de terceiros	(10.374) (11.068)
Produtos ISH	(35.637) (33.431)
Outros	(3.001) (6.221)
Total	(340.481) (279.319)

24. Despesas por natureza

	Controladora	Consolidado
	2024 2023	2024 2023
Vendas		
Marketing	(6.049) (6.097)	(6.049) (6.097)
Utilidades e serviços	(1.261) (1.694)	(1.261) (1.694)
Comissões	(10.652) (10.391)	(10.652) (10.391)
Perda de crédito esperada	(135) (2.204)	(135) (2.204)
Total	(18.097) (20.386)	(18.097) (20.386)

Gerais e administrativas

Pessoal	(60.750) (57.198)	(60.750) (57.197)
Depreciação e amortização	(3.524) (3.524)	(3.524) (3.524)
Utilidades e serviços	(23.542) (36.132)	(23.542) (36.132)
Total	(87.816) (97.102)	(87.817) (97.111)

25. Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora	Consolidado
	2024 2023	2024 2023
Rebate/Marketing	2.223 1.624	2.223 1.624
Recuperação de despesas	6.254 2.723	6.254 2.723
Outros	201 349	201 349
Total	8.678 4.696	8.678 4.696

26. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	2024 2023	2024 2023
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.143) (15.253)	(13.143) (15.253)
Juros sobre empréstimos	(1.635) (5.290)	(1.635) (5.290)
Juros parcelamentos	(1.272) (1.463)	(1.272) (1.463)
Despesas bancárias	(1.503) (787)	(1.503) (787)
Descontos concedidos	(1.159) (36)	(1.159) (36)
Juros sobre empréstimos	(668) (568)	(668) (568)
IOF sobre operação de empréstimo	(1.675) (399)	(1.675) (399)
Variação monetária passiva	(165) (5)	(165) (5)
Variação cambial passiva	(6.635) (923)	(6.635) (923)
Perda de aplicação financeira	13 54	13 54
Ajuste a valor presente IFRS 15	(1.685) (15)	(1.685) (15)
Juros de arrendamento	(612) (715)	(612) (715)
Juros passivos	(126) (168)	(126) (168)
Juros de mútuo	(7.453) (7.453)	(7.453) (7.453)
Operação com derivativos	(6.590) (6.590)	(6.590) (6.590)
Total	(43.668) (32.044)	(43.674) (32.050)

Resultados financeiros

Recebimento sobre aplicações financeiras	3.990 4.213	3.990 4.213
Valor justo sobre empréstimos	5.031 1.640	5.031 1.640
Descontos obtidos	32 170	32 170
Variação monetária ativa	265 961	265 961
Variação cambial ativa	266 1.657	266 1.657
Operação com derivativos	1.886 8.123	1.886 8.123
Juros ativos	89 142	89 142
Ajuste a valor presente	6.559 2.942	6.559 2.942
Total	18.118 18.948	18.118 18.948
Resultado financeiro	(25.550) (12.196)	(25.556) (12.202)

27. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se aos tributos devidos pela Companhia.

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Imposto de renda	- 3.165
Contribuição social	- 789
Total	- 3.954

b) Despesa de imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como segue:

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Impostos diferidos	
Imposto de renda	606 4.820
Contribuição social	(329) 1.735
Total	277 6.555
Impostos correntes	
Imposto de renda	(2.346) (7.216)
Contribuição social	(853) (2.487)
Total	(3.199) (9.703)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.922) (3.148)

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Impostos diferidos	
Imposto de renda	606 4.820
Contribuição social	(329) 1.735
Total	277 6.555
Impostos correntes	
Imposto de renda	(2.346) (7.216)
Contribuição social	(853) (2.487)
Total	(3.199) (9.703)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.922) (3.148)

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Impostos diferidos	
Imposto de renda	606 4.820
Contribuição social	(329) 1.735
Total	277 6.555
Impostos correntes	
Imposto de renda	(2.346) (7.216)
Contribuição social	(853) (2.487)
Total	(3.199) (9.703)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.922) (3.148)

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social contábeis e o montante determinado pela alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Impostos diferidos	
Imposto de renda	606 4.820
Contribuição social	(329) 1.735
Total	277 6.555
Impostos correntes	
Imposto de renda	(2.346) (7.216)
Contribuição social	(853) (2.487)
Total	(3.199) (9.703)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.922) (3.148)

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.632 26.410
Alíquota nominal	34% 34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(6.335) (8.979)

Efeitos fiscais incidentes sobre:

Lançamento de exercício anterior

Diferenças permanentes

Diferenças temporárias

	3.162 1.889
	599 934
	(368) 3.681
	3.413 5.831

Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(2.922) (3.148)
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	16% 12%

d) Composição do ativo e passivo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, calculados de acordo com a alíquota nominal de 34% está composta conforme segue:

	Controladora e Consolidado
	2024 2023
Ativo:	
Provisões	315 466
Provisão para perda esperada de crédito	980 934
Diferença de depreciação	114 1.485
Ajuste a valor presente	7.234 6.725
Arrendamentos	4.748 3.183
Total do ativo	13.391 12.799
Passivo:	
Outros	(1.273) (959)
Total do passivo	(1.273) (959)
Total	12.118 11.840

28. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receitas e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e a Companhia e sua controlada alocam despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a Companhia possui três segmentos operacionais que são utilizados pela Administração para fins de análise e tomada de decisão, sendo eles:

Cybersegurança

Compreende serviços avançados de conformidade e segurança da informação voltados a prover visibilidade, gestão e proteção da infraestrutura de tecnologia da informação dos clientes.

Infraestrutura

Compreende serviços de infraestrutura de TI segura que visam arquitetar, planejar e implantar infraestruturas de TI complexas tendo como premissas a disponibilidade, o desempenho e a integridade.

Nuvem ("cloud services")

Soluções de computação em nuvem e terceirização de Data Center, para otimizar os recursos de processamento de servidores, plataforma de aplicações e armazenamento de dados de forma segura, escalável e sob demanda.

	Controladora e Consolidado
	Cybersegurança Infraestrutura Cloud Services Total
31/12/2024	
Receita líquida	368.633 84.346 29.036 482.015
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(267.538) (54.223) (18.720) (340.481)
Lucro bruto	101.095 30.123 10.316 141.534
Despesas operacionais	(69.532) (20.716) (7.096) (97.346)
Resultado financeiro líquido	(18.254) (5.439) (1.863) (25.556)
IRPJ e CSLL - Corrente e diferido líquido	(2.087) (622) (213) (2.922)
Lucro Líquido do exercício	11.222 3.344 1.144 15.710

	Controladora e Consolidado
	Cybersegurança Infraestrutura Cloud Services Total
31/12/2023	
Receita líquida	330.770 71.330 28.632 430.732
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(210.497) (48.272) (20.550) (279.319)
Lucro bruto	120.273 23.058 8.082 151.413
Despesas operacionais	(83.602) (17.178) (6.021) (112.801)
Resultado financeiro líquido	(9.693) (1.858) (651) (12.202)
IRPJ e CSLL - Corrente e diferido líquido	(2.501) (479) (168) (3.148)
Lucro Líquido do exercício	18.477 3.543 1.242 23.262

A receita líquida desagregada por segmento é como segue:

ISH TECNOLOGIA S/A			CNPJ: 01.707.536/0001-04 www.ri.ish.com.br		Demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2024		5/5
			Consolidado				
			2024		2023		
Valor justo por meio do resultado			Custo amortizado		Custo amortizado		Nível 2
Ativos financeiros conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	-	75.133	-	-	66.214	-	
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	-	447	-	-	29.382	-	
Contas a receber de clientes (Nota 5)	-	324.069	-	-	273.425	-	
Operações com derivativos (Nota 29)	-	-	-	2.058	-	2.058	
Total de ativos financeiros	-	399.649	-	2.058	369.021	2.058	
Passivos financeiros conforme balanço patrimonial							
Fornecedores (Nota 15)	-	103.348	-	-	65.015	-	
Partes relacionadas (Nota 9)	-	64.228	-	-	4.705	-	
Passivo de arrendamento (Nota 13)	-	5.070	-	-	1.814	-	
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	11.755	20.528	11.755	28.686	158.580	28.686	
Operações com derivativos (Nota 29)	529	-	529	762	-	-	
Total de passivos financeiros	-	12.284	193.783	12.284	29.448	232.914	29.448
Os ativos e passivos financeiros foram classificados em níveis hierárquicos de valor justo, a saber:							
Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.							
Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/preificação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações de negócio.							
Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Técnica Patrimonial - valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.							
Gestão de riscos							
As atividades da Companhia e de sua controlada o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de exposição cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e de sua controlada concentram-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de sua controlada.							
31 de dezembro de 2024							
Instrumento	Objetivo	Data de início	Data de vencimento	Moeda			
Contrato Swap	Hedge de fluxo de caixa	25/11/2024	29/11/2025	JPY			
31 de dezembro de 2023							
Instrumento	Objetivo	Data de início	Data de vencimento	Moeda			
Contrato de NDF	Hedge de fluxo de caixa	20/10/2021	04/10/2024	USD			
Contrato Swap	Hedge de fluxo de caixa	14/09/2024	25/02/2027	EUR			
Swap de taxa de juros - Hedge de valor justo							
As operações de swap de taxa de juros foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos prefixados, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes. As operações de swap de taxas de juros são contratadas para converter dívidas e empréstimos prefixados para pós-fixados atrelados ao CDI. O detalhamento desses instrumentos financeiros derivativos encontra-se apresentado a seguir:							
31 de dezembro de 2024							
Instrumento	Objetivo	Data de início	Data de vencimento	Moeda			
Contrato Swap	Hedge de valor justo	27/06/2023	28/12/2026	CDI + 4,43%			
31 de dezembro de 2023							
Instrumento	Objetivo	Data de início	Data de vencimento	Moeda			
Contrato Swap	Hedge de valor justo	27/06/2023	28/12/2026	CDI + 4,43%			
Análise de sensibilidade							
Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento da taxa de câmbio apurada na data de encerramento do período (R\$/ US\$) e (R\$/%) de 25% e 50%, conforme segue:							
31/12/2024 - R\$/US\$: 6,1923							
Instrumento	Fator de risco	Saldo	25%	50%			
Fornecedores estrangeiros (nota 15)	Alta do USD	15.533	19.416	23.300			
Efeito no resultado			(3.883)	(7.767)			
31/12/2024 - R\$/%: 0,03947							
Instrumento	Fator de risco	Saldo	25%	50%			
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	Alta do JPY	4.799	5.999	7.199			
Efeito no resultado			(1.200)	(2.400)			
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas							
Aos Administradores e Acionistas da ISH Tecnologia S.A. Vitória – ES							
Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas							
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ISH Tecnologia S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), identificamos como controladora e consolidada que compõem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.							
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ISH Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).							
Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas							
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.							
Principais assuntos de auditoria							
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício em questão. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.							
Reconhecimento de receitas não faturadas no final do período (Nota Explicativa nº 5)							
Principal assunto de auditoria: A receita contempla a comercialização de softwares e prestação de serviços gerenciados de segurança da informação. A controlada da Companhia possui um saldo de R\$ 31.194,8 (R\$ 237.905 em 2023) que representam valores não faturados, mas para os quais a controlada reconheceu a receita, por se referirem a serviços profissionais já realizados, produtos entregues ou licenças de software já disponibilizadas aos compradores.							
O processo de reconhecimento de receitas realizadas e não faturadas ao final do exercício foi conduzido com o principal assunto de auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos e a natureza manual no processo.							
Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: i) Obtenção do entendimento dos procedimentos e controles implementados pela controlada da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receitas; ii) Avaliação das políticas contábeis aplicadas ao reconhecimento de receitas de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente; iii) Procedimentos substantivos de detalhe avaliando evidências, em base amostral, para a satisfação da obrigação da performance, precisão dos registros, receita reconhecida e não faturada ao final do exercício; e iv) Avaliação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receitas.							
Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas de prestação de serviços e vendas de licenças de software ainda não faturadas, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.							
Ativo Intangível decorrente de desenvolvimento de Softwares (Nota Explicativa nº 14)							
Principal assunto de auditoria: A Companhia investe valores significativos no desenvolvimento e							
aperfeiçoamento do software operacional, que envolve inclusive a capitalização de custos internos registrado no ativo intangível, especialmente custos de mão de obra, cujas análises de viabilidade econômica e determinação da vida útil estimada, envolve julgamento significativo por parte da administração. Devido à relevância dos valores de adição e amortização, e do julgamento envolvido na análise do prazo de vida útil estimado e recuperabilidade dos gastos capitalizados com desenvolvimento, esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria.							
Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos critérios utilizados pela Administração na determinação dos custos capitalizados no desenvolvimento e no aquisição de softwares, testes da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhoria do software operacional, incluindo, quando aplicável, a definição das premissas que suportam as projeções dos fluxos de caixa consolidados nos testes dos valores recuperáveis desses ativos. Avaliamos, também, a razoabilidade das premissas adotadas na determinação da vida útil estimada do software operacional e realizamos o cálculo independente da amortização. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.							
Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados em relação aos testes dos custos do software operacional, da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhoria, do estudo para determinação da vida útil estimada e do cálculo da amortização, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados na avaliação do software operacional, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.							
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor							
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.							
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.							
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.							
Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas							
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.							
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.							
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas							
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada							
por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.							
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;							
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas;							
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;							
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;							
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;							
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.							
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante o nosso trabalho.							
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.							
São Paulo, 21 de março de 2025.							
Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.				Ricardo Afonso Parra			
CRC 2SP-031.269/O-1				Contador CRC 1SP-237.688/O-4			